



CONSULTORIA PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Nome: _____ ASSINATURA _____

PROVA OBJETIVA E DESCRITIVA

CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAIÓPOLIS- SC – MANDATO 2020-2024

ORIENTAÇÕES

- 1) Verifique se este caderno contém 20 questões, numeradas de 1 a 20, sendo todas questões objetivas e uma descritiva. Caso contrário, reclame ao aplicador de prova, outro caderno.
- 2) **Não** serão aceitas reclamações posteriores:
 - a. Para cada questão objetiva existe apenas **UMA** resposta.
 - b. Você deverá ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta adequada.
 - c. A sua resposta deve ser marcada na **FOLHA DE RESPOSTAS** que você recebeu.
- 3) **VOCÊ DEVE:**
 - a. Procurar, na **FOLHA DE RESPOSTAS**, o número da questão que você está respondendo.
 - b. Verifique no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
 - c. Marque **SOMENTE** com um “X” na **FOLHA DE RESPOSTAS** na alternativa escolhida.
- 4) **ATENÇÃO:**
 - a) Marque as respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
 - b) Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará na anulação da questão.
 - c) Serão entregues **DUAS VIAS** de folha de resposta: uma com nome do candidato expresso e deverá ser devolvida ao aplicador da prova; e a outra de rascunho o candidato poderá levar ao final da prova.
 - d) Não será permitida qualquer espécie de consulta ou rasuras, bem como o uso de corretores de qualquer natureza.
 - e) Você terá **(03) três horas**, a partir do término das orientações fornecidas pelo aplicador de prova, para responder a todas as questões e preencher a folha de respostas.
 - f) Os três últimos candidatos deverão aguardar até que todos completem a prova. Deverão presenciar o lacre do envelope contendo todas as provas, com assinaturas do aplicador e dos referidos candidatos.
 - g) Devolver esse caderno de prova ao aplicador da mesma, juntamente com a **FOLHA DE RESPOSTAS**. A partir de segunda-feira será disponibilizado o caderno e o gabarito.



CONSULTORIA PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

20 QUESTÕES

1. Criança e adolescente são definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente não mais pela situação em que se encontram, mas por serem titulares de direitos. Este entendimento tem por base o conceito da:

(A) Doutrina de Proteção Integral;
(B) Teoria da Situação de Risco Social;
(C) Política Municipal de Assistência Social;
(D) Convenção Interamericana de Direitos Humanos;
(E) Política da Proteção Gratuita.
2. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA considera **CRIANÇA** a pessoa:

(A) entre doze e dezesseis anos incompletos;
(B) entre quatro e doze anos incompletos;
(C) até doze anos de idade incompletos;
(D) até quatorze anos de idade incompletos;
(E) desde o nascimento até quatorze anos incompletos.
3. Entidades não governamentais que queiram fazer parte da rede de atendimento somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Este, por sua vez, deve comunicar o registro ao(à):

(A) Conselho Tutelar e Autoridade Judiciária;
(B) Autoridade Policial e Centro de Referência de Assistência Social;
(C) Centro de Referência de Assistência Social e Conselho Tutelar;
(D) Autoridade Judiciária e Autoridade Policial.
(E) Ninguém.
4. Segundo o ECA (art. 60) é proibido qualquer trabalho:

(A) A menores de dezoito anos de idade;
(B) A menores de quatorze anos de idade em qualquer circunstância;
(C) A maiores de quatorze anos e menores de 18 anos de idade;
(D) A menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz;
(E) Qualquer idade até completar vinte e um anos.



CONSULTORIA PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

- 5.** De acordo com o ECA as medidas de proteção:
- (A) serão aplicadas pelo Juiz ou Promotor de Justiça diante de atos infracionais;
 - (B) devem levar em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitário;
 - (C) serão aplicadas unicamente, quando os direitos previstos no ECA forem violados;
 - (D) não poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente e nem substituídas a qualquer tempo;
 - (E) pela Polícia Militar, sempre que possível.
- 6.** É atribuição do Conselho Tutelar aplicar:
- (A) Medida Socioeducativa em Meio Aberto;
 - (B) Medidas de Proteção;
 - (C) Medidas de Internação;
 - (D) Medidas de colocação em família substituta;
 - (E) Executar medida de proteção, levando a criança para sua casa.
- 7.** Dentre outras atribuições o Art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê para o Conselho Tutelar:
- (A) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
 - (B) atender crianças em situação de vulnerabilidade e risco e determinar a colocação em família substituta;
 - (C) executar programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de apoio sócio familiar;
 - (D) assessorar a secretaria de planejamento do município na elaboração de projetos para atender os adolescentes com medida socioeducativa;
 - (E) executar serviços públicos necessários em todas as áreas.
- 8.** Ao receber denúncia de que uma criança está com seus direitos violados, o Conselho Tutelar requisitou serviço público na área da saúde pedindo providências. Não sendo atendido, injustificadamente, em tal determinação, o Conselho Tutelar deverá representar o caso junto ao/à:
- (A) Ministério Público;
 - (B) Câmara Municipal;
 - (C) Associação de Moradores do bairro;
 - (D) Secretaria de Promoção Social;
 - (E) Juiz da Vara da Infância e Juventude.



CONSULTORIA PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

- 9.** As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas:
- (A) A cada dez anos pelo Ministério Público;
 - (B) Pela autoridade legislativa a pedido de qualquer cidadão;
 - (C) Pela autoridade coatora a pedido do juiz responsável;
 - (D) Pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse;
 - (E) Por qualquer pessoa que queira.
- 10.** Um conselheiro tutelar eleito teve que se ausentar por motivo de doença, pelo período de cinco meses, neste caso:
- (A) É comunicado ao gestor para convocação do suplente, que assume a função, com direito à remuneração igual à do titular, obedecida a proporcionalidade dos dias de exercício efetivo;
 - (B) Por contar com cinco membros titulares, somente existe a convocação de suplente caso a ausência seja de no mínimo dois titulares ao mesmo tempo;
 - (C) O suplente assume a função, autorizada sua remuneração quando o período de afastamento do titular for superior a seis meses;
 - (D) O conselheiro afastado tem direito à remuneração pelo período de afastamento justificado, com redução de um terço;
 - (E) Independente da situação, não há a necessidade de convocação do suplente.
- 11.** Assinale a alternativa que **NÃO CORRESPONDE** à atribuição do Conselho Tutelar:
- (A) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente.
 - (B) Expedir notificações.
 - (C) Conhecer as representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído ao adolescente, aplicando as medidas cabíveis.
 - (D) Realizar encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico como medida pertinente aos pais ou responsável.
 - (E) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança e adolescente, quando necessário.



CONSULTORIA PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

12. O Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, deve ser assegurada a toda criança e adolescente (art. 4º do ECA):

- (A) Por sua família;
- (B) Pelo Poder Público;
- (C) Pela família, pela sociedade em geral e pelo Poder Público;
- (D) Pela família, pela comunidade e pela sociedade em geral;
- (E) Nenhuma das respostas anteriores.

13. O Conselho Tutelar, criado no âmbito dos municípios, é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de:

- (A) promover o desenvolvimento físico e emocional da criança e do adolescente.
- (B) julgar os casos de discriminação e maus tratos à criança e ao adolescente.
- (C) dar prioridade de atendimento às crianças de zero a seis anos de idade.
- (D) decidir sobre a guarda e adoção de crianças abandonadas.
- (E) zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

14. O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre a política de proteção integral à criança e ao adolescente, a saber:

- I. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;
- II. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;
- III. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana;
- IV. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento após os vinte e um anos de idade.

Segundo o ECA, está **CORRETO** o contido em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.



CONSULTORIA PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

15. O Diretor Escolar de uma escola da **Rede Municipal** recebe a informação de uma professora que um de seus alunos apresenta sinais visíveis pelo corpo que podem indicar agressão doméstica. Após uma verificação cuidadosa, tal suspeita é confirmada: a criança é espancada regularmente pelo pai, um alcoólatra. Assim, esse Diretor, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal n.º 8.069, de 13.07.90, deverá:

- (A) Comunicar o fato ao Conselho Tutelar do Município;
- (B) Fazer um boletim de ocorrência a ser encaminhado à Secretaria da Educação;
- (C) Solicitar à professora que mantenha o fato sob maior discrição possível, para não expor a criança;
- (D) Deixar que a mãe faça a denúncia no momento que achar mais adequado;
- (E) Procurar pelo pai da criança para informá-lo de que se o fato se repetir ele será denunciado.

16. Marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) O Conselho tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei;
- (B) Em cada município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução;
- (C) A Lei Municipal disporá sobre local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto a obrigatória remuneração de seus membros;
- (D) O exercício efetivo da função de conselheiros constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral;
- (E) São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

17. Analise as assertivas e marque a alternativa correta. A competência de atuação do Conselho Tutelar é definida:

- (A) Pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, devido a presença dos pais ou responsáveis;
- (B) Pela estrutura física do Conselho Tutelar;
- (C) Pela portaria expedida pela Autoridade Judiciária;
- (D) Pela Lei Municipal que criou o Conselho Tutelar.
- (E) Pelo domicílio dos pais ou responsáveis;



CONSULTORIA PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

18. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), institui no seu artigo 4.º, que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Para tanto, a garantia de prioridade compreende:

- I. Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- II. Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- III. Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- IV. Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;
- V. Proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais que assegurem o desenvolvimento físico.

Está CORRETO o contido em:

- (A) I, II e III, apenas;
- (B) I, III e IV, apenas;
- (C) I, II, III e IV, apenas;
- (D) II, III, IV e V, apenas;
- (E) I, II, III, IV e V.

19. Estatuto da Criança e do Adolescente propõe-se:

- (A) A garantir a proteção integral à criança e ao adolescente;
- (B) A garantir a proteção integral apenas à criança e ao adolescente portador de deficiências;
- (C) A eliminar a pobreza e as desigualdades sociais inter-regionais;
- (D) A garantir os mínimos sociais às crianças e adolescentes e aos seus familiares;
- (E) Nenhuma das respostas anteriores.

20. Uma entidade que mantenha programa de acolhimento institucional poderá acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, desde que em caráter excepcional e de urgência, como determina o artigo 93 do ECA. Neste caso, a quem a entidade deverá comunicar o fato, em até vinte e quatro horas?

- (A) À Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente;
- (B) Ao Conselho Tutelar;
- (C) Ao Juiz da Infância e da Juventude;
- (D) Ao Ministério Público;
- (E) Ao batalhão da Polícia Militar.